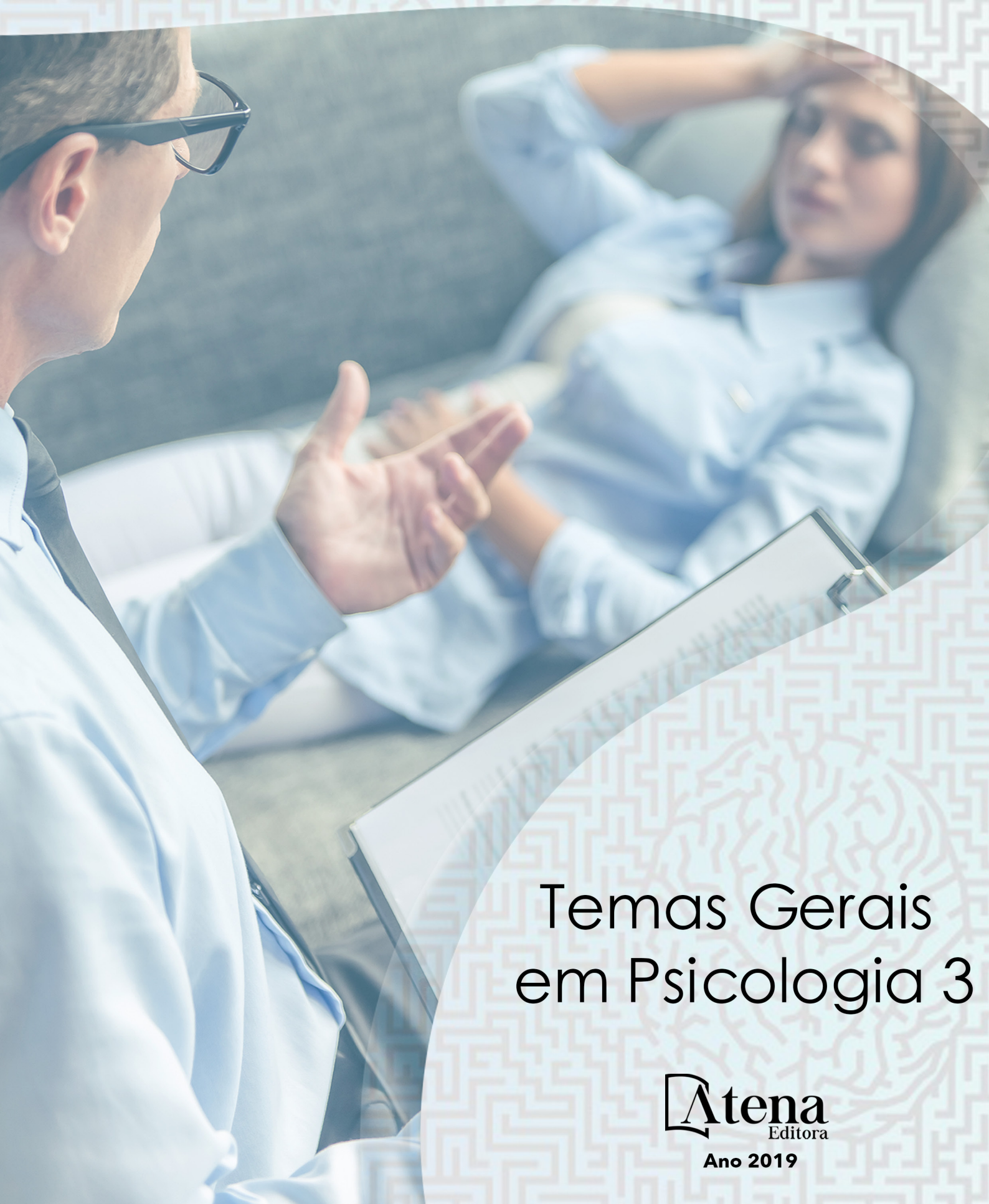


**Janaina Merhy
(Organizadora)**



Temas Gerais em Psicologia 3

Atena
Editora
Ano 2019

Janaina Merhy
(Organizadora)

Temas Gerais em Psicologia 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T278 Temas gerais em psicologia 3 / Organizadora Janaina Merhy. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Temas gerais em psicologia; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-207-4

DOI 10.22533/at.ed.074192603

1. Psicologia. I. Merhy, Janaina. II. Série.

CDD 150

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Na contemporaneidade, a cada dia novos desafios se apresentam ao campo da Psicologia; ou talvez possamos dizer que a cada dia os psicólogos e psicólogas, em suas diversas frentes de trabalho e observação, corajosamente lançam seu olhar aos mais variados fenômenos do século XXI.

Antigos papéis já não têm espaço na sociedade que começamos a desvendar. Antigas respostas, teorias ou técnicas, não resolvem mais grande parte das perguntas; é uma nova problemática, uma nova lógica, há uma nova tessitura. A Psicologia certamente não tem todas as novas respostas, mas entende que o momento é de acolher as demandas, ouvir os sujeitos, pesquisar, questionar e formular não só propostas, mas, antes de mais nada, ajudar a fazer as perguntas que podem servir de bússola para a transformação que precisamos desenvolver.

Nesta obra, encontramos o questionamento sobre como é a experiência plural de ser mulher nos dias de hoje, qual o lugar da mulher na pesquisa, no campo do trabalho. Tantas décadas após o início luta feminista por espaço social, quais as conquistas? Qual a expectativa? Como é esta experiência?

E o que acontece quando pensamos no adolescente, fazendo a passagem por esta etapa turbulenta do desenvolvimento sem o amparo de uma sociedade minimamente responsiva? O que fazer para reduzir os conflitos destrutivos na escola, a violência exposta e descontrolada? É possível entender esta violência adolescente, as infrações, como uma nova forma de subjetivação? Quase que uma estratégia de sobrevivência frente às condições apresentadas à infância e juventude? E pensando nestas condições ofertadas às crianças, o que acontece com os sujeitos com necessidades educacionais específicas? Como tem funcionado o processo de inclusão escolar, como a Psicopedagogia pode ajudar a minimizar o fracasso escolar nestes casos?

São muitas investigações que encontramos em **Temas Gerais em Psicologia 3**, novas perguntas que tentamos elaborar para compreender uma nova realidade. Na área da formação universitária, quanto os futuros psicólogos sabem sobre a atuação do acompanhante terapêutico? E quanto as demandas de um curso de Medicina podem gerar estresse nos jovens universitários?

Se os desafios atuais são imensos, o que pode ajudar o sujeito contemporâneo a transitar pelo mundo tal qual ele se apresenta? A atividade física e os esportes são um antigo remédio que mantém seu potencial benéfico e pode ajudar muito na redução do mal-estar causado por um dos principais sintomas dos dias atuais, a ansiedade. Será que outro remédio antigo, a religiosidade, pode ajudar e servir como fator de proteção contra o suicídio e depressão?

Mais do que nunca é preciso manter em mente a constituição humana, biopsicossocial e espiritual, entendemos que nenhuma resposta será efetiva sem que a complexidade do ser humano seja vislumbrada. Os questionamentos são múltiplos e este é o maior sinal de que as soluções estão a caminho.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATUAÇÃO DO ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO PARA ACADÊMICOS DE UM CURSO DE PSICOLOGIA NO INTERIOR DE MATO GROSSO DO SUL	
<i>Fernanda Castilho da Silva Moura</i> <i>Felipe Maciel dos Santos Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0741926031	
CAPÍTULO 2	11
DA INFRAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA E NOVOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO	
<i>Priscila Souza Vicente Penna</i> <i>Ana Maria Loffredo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0741926032	
CAPÍTULO 3	27
ESTRESSE NOS ESTUDANTES DOS 3º ANOS DE MEDICINA DA UNIVERSIDAD INTERNACIONAL TRES FRONTEIRAS, CIUDAD DEL ESTE, PARAGUAI 2016	
<i>Viviane Barbosa da Silva</i> <i>Taciana Ramos de Albuquerque</i> <i>Elnatã Pedra Vitorino</i> <i>Felipy Cezar de Paula</i> <i>Gigliely Gonçalves Gomes Lima</i> <i>Jessica Correa Freitas</i> <i>Joannes Magnus Borges Pinheiro</i> <i>Maycon Pereira Gonçalves</i> <i>Nilsa Elizabeth Gonzalez</i> <i>Elder Oliveira da Silva</i> <i>Pasionaria Rosa Ramos Ruiz Diaz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0741926033	
CAPÍTULO 4	39
INTERFACE ENTRE A PSICOPEDAGOGIA E O PROCESSO DE EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS	
<i>Sandra Lia de Oliveira Neves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0741926034	
CAPÍTULO 5	47
OS BENEFÍCIOS DO ESPORTE COMO PRATICAR COMPLEMENTAR DA PSICOLOGIA	
<i>Fernanda Gonçalves da Silva</i> <i>Luiz Carlos Bernardino Marçal</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0741926035	
CAPÍTULO 6	54
RELIGIOSIDADE/ESPIRITUALIDADE COMO UM PROVÁVEL ELEMENTO DE PROTEÇÃO À PRÁTICA DO SUICÍDIO	
<i>Airilço Chaves Nantes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0741926036	

CAPÍTULO 7	80
SER MULHER, SER PESQUISADORA E SER PSICÓLOGA: REFLEXÕES SOBRE O LUGAR SOCIAL DA MULHER NA CIÊNCIA E NA PROFISSÃO	
<i>Andréa Moreira Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0741926037	
CAPÍTULO 8	87
VIOLÊNCIA INTERNA E CIRCUNDANTE À ESCOLA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, ADOLESCÊNCIA, PERTENCIMENTO E IDENTIDADE	
<i>Samuel Cabanha</i>	
<i>Irani Batista de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0741926038	
SOBRE A ORGANIZADORA	100

SER MULHER, SER PESQUISADORA E SER PSICÓLOGA: REFLEXÕES SOBRE O LUGAR SOCIAL DA MULHER NA CIÊNCIA E NA PROFISSÃO

Andréa Moreira Lima

Centro Universitário UNA, Curso de Psicologia
Belo Horizonte – Minas Gerais

RESUMO: O presente estudo aborda as experiências e as condições de trabalho das mulheres na ciência e, especificamente, na Psicologia. A pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, com foco entre os anos de 1970 e 2015. De início, será abordado a inserção da mulher no campo científico e acadêmico, a partir da contradição entre a significativa presença de mulheres psicólogas e a sua invisibilidade na área científica. Em seguida, será discutido o campo dos direitos humanos, tanto a partir da bibliografia pesquisada quanto a partir da trajetória profissional da autora, enquanto professora de nível superior e como psicóloga social, com percurso profissional no campo dos direitos humanos e das políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: epistemologia feminista; ciência; psicologia, gênero; direitos humanos.

ABSTRACT: The present study discuss the experiences and working conditions of women in science and, specifically, in Psychology. The research is a narrative bibliographical review, with focus between the years of 1970 and 2015. Initially, it will be approached the insertion of

women in the scientific and academic field, from the contradiction between the significant presence of women psychologists and their invisibility in the scientific area. Then, the field of human rights will be discussed, both from the bibliography researched and from the author's professional trajectory, as a teacher of higher education and as a social psychologist, with professional experience in the field of human rights and public policies.

KEYWORDS: feminist epistemology; science; psychology; gender; human rights

1 | NOTAS SOBRE O LUGAR SOCIAL DA MULHER NA CIÊNCIA

Desde, pelo menos, a década de 1970, no bojo *da segunda onda do movimento feminista*, existem discussões formais acerca do lugar social da mulher, na academia e na ciência. Esse debate tem sido realizado, principalmente, por mulheres que se dedicaram ao campo hoje conhecido como *epistemologia feminista*. A epistemologia, em sua forma mais ampla, tem como foco o estudo sobre o conhecimento e os modos de conhecer. Nesse sentido, as epistemólogas feministas se dedicaram ao estudo da ciência e de sua produção, apontando a imensa parcialidade de gênero que assola tal

campo. Em suas análises, essas epistemólogas destacaram a existência de diferenças históricas entre o papel social da mulher e do homem, na ciência, mostrando como essas diferenças culminavam em estudos que desconsideravam o gênero feminino.

Dentre as epistemólogas feministas que estudaram a relação entre gênero e ciência, destaca-se, neste estudo, Sandra Harding (1987; 1993), Evelyn Fox Keller (1984), Helen Longino (1999) e Dona Haraway (1988). Tais autoras compartilham do argumento de que o estudo do ser humano não pode ser dissociado do tempo e lugar de sua produção. Com essa premissa, defendem que a hierarquia de gênero, que tem como princípio a dominação masculina e a subalternidade feminina, possui influência direta na construção e organização do conhecimento. Por isso, as pesquisadoras feministas propõem uma crítica tanto ao silenciamento das vozes das mulheres e suas ausências nos referenciais de pesquisa, quanto aos princípios tradicionais da ciência: objetividade, racionalidade e universalidade.

Assim, pode-se encontrar em Harding (1996) uma problematização sobre o “princípio de objetividade”, por meio da discussão sobre “objetividade forte”, ou seja, o conhecimento construído a partir do alargamento do diálogo e da troca de estudos e experiências, possibilitando a explicitação e compartilhamento das possíveis influências temporais e contextuais sobre a pesquisa. Essa premissa pode ser complementada pelas contribuições de Haraway (1988), por meio do seu conceito de “conhecimentos situados”, isto é, um conhecimento contextualizado por marcadores de classe, raça- etnia, sexo, gênero etc. Nesse sentido, a interação e tradução de múltiplos pontos de vista entre as pesquisadoras alarga o conhecimento acerca da complexidade do fenômeno estudado, favorecendo uma análise reflexiva e crítica sobre a objetividade da ciência.

Em suas análises, essas epistemólogas destacaram a existência de diferenças históricas entre o papel social da mulher e do homem na ciência, mostrando como essas diferenças culminavam em estudos que desconsideravam o gênero feminino. Em geral, pode-se levantar três pontos nos quais a parcialidade de gênero se fazia ou se faz visível: (1) na constatação da diferente proporção de homens e mulheres na ciência – o número de mulheres é bem menor; (2) nos problemas que eram vistos como necessitando de atenção por parte da comunidade científica e (3) no próprio modo como a ciência investiga (KELLER, 1984) – haja vista, por exemplo, as pesquisas médico-psicológicas, principalmente as realizadas em laboratório, as quais tinham o sexo masculino como único modelo para seus estudos. Segue abaixo alguns exemplos, a fim de esclarecer estes pontos.

A pílula anticoncepcional, de uso feminino, encontra-se disponível no mercado desde o início dos anos 1960; contudo, uma pílula contraceptiva para homens começou a ser desenvolvida apenas a partir de 2006, não sendo ainda comercializada em escala significativa. Além disso, dos diversos métodos contraceptivos existentes, apenas três são destinados ao uso masculino (preservativo, vasectomia e coito interrompido). As epistemólogas feministas denunciam que esses objetivos científicos, essa escolha

acerca do que se pesquisar e produzir, contribuíram para que o planejamento familiar fosse visto como responsabilidade exclusiva da mulher. Além disso, elas argumentam que, quando as pesquisas desenvolvidas na área da sexualidade envolvem a responsabilização – como, por exemplo, o desenvolvimento de métodos contraceptivos –, tais pesquisas têm como foco o público feminino; em contraposição, quando as pesquisas, neste campo, visam a produção de alternativas médicas para questões relativas ao desejo ou ao prazer sexual, elas têm o público masculino como foco prioritário. Para fundamentar esse segundo argumento, basta que se observe a comercialização, desde 1998, de remédios para o tratamento de diversas disfunções sexuais masculinas. Desde então, surgiram mais de duas dezenas de fármacos destinados ao tratamento de problemas sexuais do homem, enquanto que apenas em 2015 um fármaco similar, de uso feminino, teve a sua comercialização aprovada.

Com relação ao homem, enquanto padrão dos estudos médico-psicológicos, pode-se destacar que, até a década de 1990, as mulheres eram desconsideradas em 80% dos testes de medicamentos para hipertensão, embora elas fossem igualmente acometidas por este problema – mais especificamente, no ano de 2003, por exemplo, quase 40% das mortes de mulheres, nos Estados Unidos, deveram-se a doenças cardiovasculares. Desse modo, as feministas denunciaram que os resultados dos testes não poderiam ser generalizados para a população de pacientes femininas. Após tais denúncias, os órgãos de saúde americanos questionaram a validade de muitos estudos que visaram o desenvolvimento de medicamentos cardiovasculares (FRENCH, 2007).

No âmbito da psicologia, pode-se ressaltar os experimentos realizados, com animais, por áreas da psicologia experimental: via de regra, utilizam-se animais machos, geralmente camundongos, nas pesquisas. As justificativas do campo para tal prática se pautam na maior variação hormonal nas fêmeas, devido à existência de ciclo menstrual, o que as tornaria mais ou menos propensas a se comportarem de formas “não esperadas”, durante o período menstrual. Desse modo, o macho se torna a norma; a fêmea, um desvio da norma. Porém, se os organismos das fêmeas são mais complexos, por conta de uma maior variação hormonal, por que não estudar o organismo das fêmeas e, depois, extrapolar os resultados para “organismos mais regulares”, no caso, os machos? Ter como foco um organismo mais “regular” pode, na verdade, prejudicar o entendimento científico acerca da amplitude e da complexidade do objeto de estudo da Psicologia, que é o ser humano ou a subjetividade, de uma forma ampla. A crítica desenvolvida não se dirige apenas à psicologia experimental. Laboratórios de neurociência ou de farmacologia, a título de exemplo, procedem do mesmo modo, embora já existam tentativas de mudança deste viés.

Estes exemplos, sobretudo os do laboratório, denotam que, na ciência e na academia, aquilo que é visto, em algumas épocas, ou por um dado grupo de pessoas, como uma prova (um exemplo) de *rigor* e *objetividade*, pode, na verdade, ser apenas expressão de uma tradição – neste caso, uma tradição machista, que

produz desigualdades de gênero e relações de hierarquização e, como consequência, a subalternidade das mulheres em relação aos homens.

2 | DIREITOS HUMANOS E GÊNERO: ENTRE A IGUALDADE E A DIFERENÇA

O presente estudo perpassa o dilema de como reivindicar igualdade, a partir de uma perspectiva de direitos humanos, contra as várias injustiças sociais – como, por exemplo, aquelas relativas à sexualidade, gênero, classe, cor-raça-etnia, etc. – sem, no entanto, perder as especificidades das lutas de cada grupo social e sem fragmentá-las. Isso porque, falar de direitos humanos significa buscar a sua universalidade a partir, também, da interpelação e da inclusão das particularidades e das reivindicações sociais de cada indivíduo e grupo social. Do mesmo modo, a política para a igualdade de gênero é construída a partir deste paradoxo da dialética entre igualdade e diferença (SCOTT, 1988; 1995; 2005).

Dito de modo amplo, a luta pelos direitos humanos está relacionada a uma distribuição desigual do poder pelas elites dominantes de cada época. Em vários momentos da história, aquele que detinha o poder abusava de sua autoridade, violando os direitos de outros. No caso do gênero feminino, a lógica de inferiorização e opressão está calcada em uma hierarquização desencadeada por discursos, valores e práticas hegemônicas que contribuíram para o posicionamento de muitas mulheres, em lugares de subalternidade – inclusive, no mercado de trabalho.

Diversas pesquisas sobre gênero, como aquelas realizadas pela Organização Internacional do Trabalho – OIT (OELZ; OLNEY; TOMEI, 2013) ou pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apontam a existência de desigualdades de gênero no mercado de trabalho, o que faz com que esta seja, ainda, uma das principais lutas do movimento feminista. Segundo o IBGE (2015), os salários das mulheres brasileiras permanecem 28% inferiores aos dos homens.

Tal realidade é reproduzida, também, nas áreas profissionais relacionadas ao cuidado. Dados publicados pelo Conselho Federal de Psicologia – CFP, em 2012 e, em 2015, pelo Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais – CRP/MG, apontam que 89% dos profissionais da psicologia, no país, são mulheres – em Minas Gerais, especificamente, a parcela de mulheres é de 85,4%. Assim, para além da discussão feminista acerca das mulheres trabalhadoras, faz-se importante, também, o desenvolvimento de debates acerca da condição das mulheres psicólogas trabalhadoras. Além disso, ao abordar o assunto a partir de suas várias interseccionalidades, por exemplo, a mulher psicóloga, negra e lésbica, percebe-se uma maior acentuação do preconceito. De fato, os dados do CFP, de 2012, apontam que apenas 3% das psicólogas brasileiras são negras. Desse modo, políticas públicas que visem a valorização do trabalho feminino, em toda a sua diversidade, são fundamentais para mudar tal contexto.

Além disso, as psicólogas brasileiras enfrentam problemas relacionados ao trabalho e à sua remuneração desigual e, também, com relação à desigual distribuição do cuidado com os filhos e do trabalho doméstico, não se distinguindo, portanto, “das mulheres com as quais, como profissionais da psicologia, atendem, interagem ou, de alguma forma, têm contato” (LHULLIER; ROSLINDO, 2013, p. 49). Por isso, a importância de discutir, para além das mulheres cientistas, sobre as mulheres psicólogas inseridas nas diversas áreas de atuação da Psicologia, em suas interseccionalidades de raça/etnia, orientação sexual e demais marcadores sociais de desigualdades, visando a estruturação de políticas de valorização do trabalho feminino, em toda a sua diversidade.

Sendo assim, como propiciar uma política de direitos humanos que seja interlocutora das lutas específicas trabalhadas pelas demais políticas e pelos diferentes grupos sociais, de modo a abarcar amplamente a complexidade humana? Em quais contextos seria interessante para nós, mulheres, articularmo-nos por uma concepção universal de direitos humanos ou, ao contrário, afirmarmo-nos, em demandas específicas, frente à concreta desigualdade de gênero ainda vigente na sociedade? Que concepção de universalidade dos direitos humanos é possível num campo político de disputas, muitas vezes, antagônicas e de difícil interlocução e consenso com as lutas dos grupos que compõem os próprios movimentos feministas? As respostas a estas indagações devem permanecer em constante (re)construção e é interessante que esse movimento seja referendado pela lógica de uma universalidade provisória, contextual e situada, aberta às diferentes interpelações necessárias à dignidade humana (LIMA, 2017).

Contudo, é preciso que a atuação, no campo dos direitos humanos, seja capaz de articular questões individuais e coletivas, sem, no entanto, reduzir o coletivo aos interesses individuais e sem reduzir a vida individual a uma sujeição coletiva. O campo político dos direitos humanos deve, assim, ser definido como o campo da tensão entre a lógica da posição identitária e a lógica da diferença (PRADO, 2003).

3 | CONCLUSÃO

As tensões produzidas na relação entre as perspectivas universalistas e particularistas, na construção de políticas de direitos humanos, são analisadores psicopolíticos estratégicos, no sentido de perceber os possíveis efeitos de alargamento, deslocamento e reconfiguração das noções universais de direitos humanos, frente às particularidades das lutas feministas. Numa sociedade com tanta desigualdade de gênero, é possível perceber – até mesmo a partir dos vários exemplos citados – que as particularidades universalizadas são, na maioria das vezes, modelos impostos pela lógica machista. Porém, o enfoque numa especificidade absoluta das lutas feministas também traz problemas, tais como a fragmentação e o enfraquecimento das lutas

sociais, uma vez que existe uma lógica da opressão que perpassa todas as minorias sociais. Por isso, destaca-se a importância de uma perspectiva relacional que inclua os diferentes atores sociais nesse debate de corresponsabilidade.

Além disso, o tensionamento sobre as reivindicações específicas das mulheres, diante de sua não inclusão nos direitos ditos universais, amplia, desloca e torna mais crítica a noção de universalidade dos direitos humanos. Na verdade, reconhecer e manter essa tensão necessária entre as perspectivas universalistas e particularistas de direitos humanos contribui para ampliar e radicalizar a democracia. Daí a relevância da manutenção constante dos conflitos e debates dos grupos feministas para o alargamento da possibilidade de os direitos humanos serem universalizados na vivência cotidiana, garantindo, assim, seu caráter pluralista e democrático.

É preciso propiciar a ampliação do debate, no campo dos direitos humanos, provocando configurações novas, capazes de abarcar melhor as demandas pela igualdade de gênero (CORRÊA, 2009; MOUFFE, 1996). Ou seja, é preciso reconstruir esse campo, de forma a poder especificar as desigualdades de gênero, de sexualidade, de classe, de cor-raça-etnias, de culturas, etc. Essa posição pode ser interessante, desde que os direitos humanos não se tornem uma agenda pronta, apenas, para sua aplicação.

No campo estritamente científico, as epistemólogas feministas destacam ser necessário reconhecer e intervir na lógica de inferiorização e opressão do gênero feminino, que se encontra calcada em uma hierarquização desencadeada por discursos, valores e práticas hegemônicas que contribuíram para a restrição das mulheres à lugares de subalternidade, inclusive, na ciência.

Na mesma direção, tal enfoque poderá contribuir para que os processos de (re)significação da Psicologia ocorram por meio de uma formação e de uma prática profissional mais democrática e participativa, baseada nas demandas concretas dos diferentes atores sociais que a compõem. É justamente aí que reside um dos aspectos de relevância dessas discussões: a possibilidade de romper com os tradicionalismos e as normas culturais opressoras e alavancar pesquisas e práticas plurais de respeito à diversidade humana, inclusive das próprias formas de ser mulher, ser pesquisadora e ser psicóloga.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, S. O percurso global dos direitos sexuais: entre “margens e centros”. **Bagoas**, v. 4, n. 1, p. 17-42, 2009.

CRP/MG – Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. **Jornal da Psicologia**, v. 29, n.1, p. 1-20, 2015.

FRENCH, S. Gender Bias. In: S. French. **Science: Key Concepts in Philosophy**. London: Continuum, 2007, pp. 74-96.

HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: the Science questionin feminism and the privilegie of partial perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, p. 575-99, 1988.

HARDING, Sandra. **Feminism & methodology**. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press e Open University Press, 1987.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, v. 1, n. 1, p. 7-31, 1993.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mulher no mercado de trabalho**: perguntas e respostas, 2012. Disponível em: < <https://bit.ly/2ymmO7E>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

LHULLIER, Louise Amaral; ROSLINDO, Jéssica. J. As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. In: Louise A. Lhullier. (Org.). **Quem é a psicóloga brasileira?** Mulher, psicologia, trabalho. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013, p. 29-61.

KELLER, Evelyn Fox. **Reflections on Gender and Science**. New Haven: Yale University Press, 1984.

LIMA, Andréa Moreira. **Política Sexual**: os direitos humanos LGBT entre o universal e o particular. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2017.

LONGINO, Helen Elizabeth. Feminist Epistemology. In: J. Greco; E. Sosa (Orgs). **Blackwell Guide to Epistemology**. Malden: Blackwell, 1999, pp. 327-353.

MOUFFE, C. **O regresso do político**. Lisboa: Gradiva. (1996).

OELZ, Martin; OLNEY, Shauna; TOMEI, Manuela. **Igualdade Salarial**: Um guia introdutório. Genebra: BIT – Bureau International du Travail, 2013.

PRADO, M. A. M. Psicologia política e direitos humanos: tensões da relação indivíduo e bem comum. In: GUERRA, A.M.C et al. (Org.). **Psicologia Social e Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, p.65-75, 2003.

SCOTT, J. Deconstructing equality-versus-difference: or, the uses of poststructuralist theory for feminism. **Feminist Studies**, v. 14, n. 1, p. 32-50, 1988.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCOTT, J. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-207-4



9 788572 472074